

Jogo vai financiar golfe

Concurso para nova concessão no P. Santo impõe pagamento mínimo de 3 milhões e 300 mil euros

Agostinho Silva
asilva@dnoticias.pt

A contrapartida a pagar pelo exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar no Porto Santo, que é o único factor de preferência para efeitos de adjudicação do concurso a lançar em breve, será aplicada no apoio à construção do campo de golfe a promover pela Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo. O vice-presidente João Cunha e Silva assegura, assim, o financiamento de uma obra primordial para a Ilha Dourada.

A proposta de Decreto Legislativo Regional, que revoga a legislação que em 1988 atribuiu a concessão à ITI, do Grupo Pestana, e estabelece os novos termos do concurso para o exclusivo do jogo no Porto Santo, foi aprovada na última quinta-feira em Conselho de Governo.

Tal como o DIÁRIO noticiou em Abril deste ano, a Vice-Presidência do Governo Regional entendeu que o decurso de mais de 14 anos após a adjudicação sem que tenha sido formalizado o contrato de concessão, bem como o incumprimento de outros compromissos, determinam a ineficácia da adjudicação e a caducidade do concurso ganho pela ITI.

Nos termos do decreto que agora segue para o Parlamento Regional, o novo concurso público prevê a concessão por um prazo de 30 anos (a anterior era por 50 anos). A futura concessionária obriga-se à construção de um casino no prazo máximo de dois anos, após a aprovação dos respectivos projectos. No mesmo prazo, quem ficar com o ex-

Futuro concessionário obriga-se à construção de um casino no prazo máximo de dois anos, junto a um hotel "5 estrelas" com um mínimo de 100 quartos.

clusivo do jogo no Porto Santo terá também de assegurar a construção de um hotel "5 estrelas", para apoio ao casino. Relativamente ao concurso anterior, altera-se a capacidade mínima do hotel: passa de 800 camas para apenas 100 quartos.

A contrapartida inicial mínima exigida é de 3 milhões e 300 mil euros (cerca de 662 mil contos). Para efeitos de adjudicação da concessão constitui único facto de preferência a oferta de valor mais elevado. O valor a receber será canalizado para a construção do campo de golfe, a cargo da SDPS, tal como idealizado pelo vice-presidente Cunha e Silva.

O futuro casino do Porto Santo terá um restaurante com capacidade para 150 pessoas e um palco para espectáculos; na sala de jogos tradicionais serão instaladas, no mínimo, quatro roletas tipo francês, três de banca francesa, três de "black-jack/21" e uma de bacará preto e branca; a sala privativa terá um mínimo de 120 máquinas automáticas.

Conforme já foi noticiado pelo DIÁRIO, vários grupos económicos se perfilam para o novo concurso. Desde logo, o Grupo Pestana, que não cumpriu o contrato anterior, bem como o Grupo SIRAM, de Sílvio Santos, e o Grupo Sousa, que lidera o mercado hoteleiro e de transportes para a Ilha Dourada.



A exploração exclusiva do jogo no Porto Santo, adiada há mais de 14 anos, vai financiar a construção do campo de golfe na ilha.

Sindicato dos Gráficos denuncia irregularidades

A extinção da Imprensa Regional da Madeira é «inaceitável», diz o sindicato

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa veio ontem a público denunciar diversas irregularidades que foram detectadas durante vários contactos e visitas feitas a empresas da Região.

Segundo afirmou aquele sindicato, em conferência de imprensa, «em todas as empresas agora visitadas, os traba-

lhadores apresentaram-nos situações e problemas com maior incidência na área dos direitos, categorias e carreiras profissionais e nalguns casos encontrámos deficientes condições de trabalho».

Um dado comum a todos os trabalhadores, diz o Sindicato dos Trabalhadores de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, é a forte contenção salarial que está a ser levada a efeito pelas empresas, as quais estão «procedendo

à actualização salarial abaixo dos índices de inflação».

O sindicato manifestou-se ainda contra a extinção da Imprensa Regional da Madeira que considera como sendo «inaceitável». E afirmou estar contra a proposta do Governo para alteração da Lei de Bases da Segurança Social, «porque piora o regime em vigor e contribui para o enfraquecimento das receitas da Segurança Social».

Bernardo desafia Câmara de Machico

Trabalhadores militantes do PS são perseguidos, diz Bernardo

Bernardo Martins desafiou ontem o «presidente da Câmara» de Machico a «apontar publicamente os nomes dos funcionários e quadros técnicos ligados ao PSD que foram perseguidos pela administração PS».

Em comunicado enviado, o ex-presidente da Câmara refere que as declarações ontem proferidas por Emanuel Gomes «não desmentem as provas de perseguição denunciada pelo PS» em relação a funcionários camarários militantes do PS. Antes «pe-lo contrário, confirmam tal discriminação».

Bernardo Martins sublinha ainda que, «por outro lado, não se desmente que a actual Câmara tenha recrutado agora, e sem concurso, novos funcionários PSD, numa clara manobra de partidarização dos serviços municipais».

no fecho

PJ detém falsário



A Polícia Judiciária (PJ) do Porto deteve, em Braga, um homem relacionado com uma rede de falsificação de moeda desmantelada em Junho, anunciou ontem fonte policial.

A acção vem na sequência do desmantelamento daquela rede que operava numa tipografia clandestina. O detido estava na posse de 37.750 notas de 50 euros falsificadas, no valor total de 1,8 milhões de euros, destinadas a entrar em circulação, que foram apreendidas.

Governo suspende IC-1

O Governo suspendeu o traçado do IC-1 a nascente de Estarreja, no troço entre Ovar e Albergaria, que tem sido contestado pelas autarquias dos concelhos envolvidos e pela população, disse ontem fonte da Câmara de Estarreja. O anúncio foi feito após uma audiência do primeiro-ministro com os presidentes das Câmaras de Estarreja e Murtosa e com o presidente da Comissão Dinamizadora dos Traçados (CDT) do IC-1, que decorreu ontem em Lisboa.

Mais expulsões no PCP

O secretariado do Comité Central considerou que as críticas dos militantes renovadores «se traduziram de forma persistente e prolongada ao longo de seis meses num reiterado desrespeito de regras e princípios estatutários essenciais, de afrontamento sistemático e público de orientações e decisões dos órgãos legítimos de direcção do PCP».

O partido rejeitou os argumentos de «liberdade de expressão» invocados pelos renovadores em «termos latos e indefinidos» para «legitimar e proteger a persistente violação de todas as regras, princípios e deveres consagrados nos estatutos».